Trabalho legislativo que faz a diferença

Conheça alguns Projetos de Lei (PL) de autoria do deputado federal Padre João em tramitação:

PL 5917/2016: exclui os movimentos sociais da classificação de organização criminosa.

PL 1068/2015: passa a ser infração a não notificação pelos profissionais de saúde os problemas causados pelos agrotóxicos.

PL 461/2015: obriga a inclusão de imagens realistas nos rótulos sobre males causados pelos agrotóxicos.

PL 462/2015: parte dos recursos de multas aplicadas ao empregador sejam investidas em equipamento e modernização para fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego.

PL 906/2015: institui a Política Nacional de Agricultura Urbana e dá outras providências.

PEC 309/2013: inclui o catador de material reciclável, em regime de economia familiar, como segurado especial da Previdência.

PL 6176/2013: institui a Política Nacional de Incentivo à Formação de Bancos Comunitários de Sementes e Mudas de Variedades e Cultivares Locais, Tradicionais ou Crioulos.

PL 3433/2012: proíbe a terceirização nas empresas concessionárias de serviços públicos nas atividades fins.

PL 3461/2012: isenta a cobrança de impostos federais aos produtos resultantes da exploração da atividade rural exercida pelo agricultor familiar ou empreendedor familiar rural.

PL 3615/2012: obriga as empresas de aviação agrícola a enviar cópias de prescrições de agrotóxicos e relatórios anuais aos órgãos competentes.

PL 4685/2012: dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária.

PL 7862/2017: estende aos alunos egressos da Educação do Campo acesso ao ensino superior gratuito, tal como os alunos das escolas públicas.

PL 7863/2017: dispõe sobre a política de incentivo à produção de etanol em microdestilarias e em cooperativas de pequenos produtores.

Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 489/2016: susta o Decreto 3654/2000, evitando assim a privatização da Ceasa e Casemg.

É um dos autores da (PEC) 258/2016, que inclui acesso à terra e à água entre direitos sociais previstos na Constituição.

*Acompanhe a tramitação dos Projetos de Lei pelo site http://www.camara.gov.br/internet/sileg/Prop_lista.asp?Autor=5310781&Limite=N

Um mandato coletivo, participativo e de luta

Nosso mandato tem lutado na Câmara Federal e na base, em favor dos direitos dos trabalhadores, sobretudo das mulheres e crianças, quilombolas indígenas. dos direitos à terra e à moradia, segurança alimentar e nutricional e da democracia. Atualmente sou membro titular da Comissão de Direitos Humanos e Minorias: e da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle; suplente na Comissão de Seguridade

Social e Família; e da Comissão

Especial relacionada à Reforma Política.

Do lado do povo trabalhador é onde sempre vou estar.

Isso se reflete na nossa luta contra a terceirização, contra as Reformas da Previdência e Trabalhista. Com firmeza e coragem, criticamos as propostas do governo Temer, participamos

de manifestações junto à classe trabalhadora e fomos às ruas conscientizar a população sobre a perda de direitos em curso. A luta continua!



O que podemos esperar de um mandato que luta ao lado dos trabalhadores(as)?

Coerência, respeito e ética nas votações de projetos de interesse do povo brasileiro. Conheça o posicionamento do deputado Padre João na Câmara dos Deputados.

Padre João votou CONTRA:

- O impeachment da presidenta Dilma, eleita de forma legítima pelo voto popular;
- Proposta de Emenda à Constituição (PEC 241-Câmara) e (PEC 55-Senado), que congelou os investimentos públicos em Saúde e Educação por vinte anos;
- Projeto de Lei da terceirização- PL4302/1998, que fere as leis trabalhistas;
- PEC 395/2014 que pretendia acabar com ensino público superior gratuito;
- Projeto da Reforma Trabalhista 6787/2016, que sujeita o empregado a condições precárias de trabalho;
- Medida provisória 746/2016, que reformulou o Ensino Médio retirando disciplinas que estimulam o pensamento crítico;
- Projeto de Lei PL 4567/2016 que entregou o pré sal às multinacionais.
- O impedimento do STF de investigar o Temer (1ª denúncia);

Padre João é CONTRA:

- Proposta de Emenda à Constituição PEC 287/2016 reforma da previdência, que dificulta o acesso à aposentadoria e aumenta as desigualdades sociais;
- Projetos que flexibilizam o uso dos agrotóxicos, aumentando a quantidade de veneno nos alimentos;
- Projeto que libera a compra e o arrendamento de terras brasileiras ao capital estrangeiro;
- PEC que transfere ao Legislativo a palavra final sobre demarcação de terras indígenas e quilombolas;
- Fechamento das Farmácias Populares, conforme proposto pelo governo Temer;
- Projeto 6442/2016 que autoriza o patrão pagar o salário por "remuneração de qualquer espécie", inclusive, em troca apenas de casa e comida;

- A criminalização dos movimentos sociais e a truculência policial;
- A entrega de nosso patrimônio ao mercado internacional (Amazônia, Petrobrás, Correios, etc):
- As privatizações que colocam em risco a nossa soberania e segurança, entre elas o setor elétrico (Cemig);

Padre João DEFENDE:

- Eleições diretas e imediatas para presidente da República, por acreditar na soberania do voto popular;
- A imediata reparação de danos das famílias, dos municípios e da Bacia do Rio Doce atingidos pelo rompimento da barragem da Samarco|Vale |BHP Billton;
- O direito à terra das comunidades indígenas e quilombolas, o direito constitucional à moradia digna para todos e o fim da violência no campo;
- A agricultura familiar e agroecologia que produzem alimentos saudáveis, sem agrotóxicos e de forma sustentável;
- A criação de Conselho próprio (Federal e Regional) dos Técnicos Agrícolas e Industriais (PL 5179/2016);
- A inclusão de práticas integrativas e terapêuticas ao Sistema Único de Saúde (SUS);
- Investimentos do Governo para melhor cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);
- O fortalecimento da Educação do Campo;
- A concretização das obras de duplicação da BR 040;
- A investigação de Temer pelo Supremo Tribunal Federal (2ª denúncia).
- Distribuição justa das nossas riquezas (minérios) com participação popular, respeitando sempre os direitos culturais, ambientais, sociais e dos atingidos. É membro das comissões das Medidas Provisórias da Mineração (789, 790 e 791/2017).

Gabinete de Brasília/DF

Câmara dos Deputados, Anexo 4, 7ºAndar Gabinete 743. Cep: 70160-900 Telefone: (61)3215-5743

Fax: (61)3215-2743

Escritório de Belo Horizonte MG

Rua Rio Claro,25. Prado -Cep: 30411-148

Telefones: (31) 2511-9810

Fax: 2511-9808

